Os profissionais do ano 2.000

Simon Schwartzman

Aula inaugural do Instituto Politécnico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 7 de fevereiro de 1996.

Os estudantes que hoje iniciam sua vida universitária estarão entrando no mercado do trabalho no ano 2.000, um ano que simboliza não somente um novo milênio no calendário, mas também uma nova era que já começamos a viver, marcada pelo fim da guerra fria, pelo mundo cada vez mais globalizado pelas novas tecnologias, e também pelo surgimento de novos problemas e desafios, como o da degradação ambiental, do aumento da desigualdade econômica e social e do esgotamento de muitas das ideias, projetos ou ilusões que marcaram a geração desta segunda metade do século XX, a minha geração. As instituições universitárias, por sua natureza, se transformam lentamente, e a maioria dos cursos que existem hoje foram concebidos segundo as ideias e visões de mundo das últimas décadas. Como será o mundo do trabalho que os estudantes de hoje encontrarão no próximo século, e o que poderão fazer com esta bagagem de conhecimentos e habilidades, inevitavelmente antiquada, que estarão recebendo? O que permanecerá do que estarão aprendendo, e o que se tornará obsoleto e inútil? Que esperanças podem ter, e quais as ilusões seria melhor abandonar?

O principal contraste que vejo entre a experiência de minha geração e a atual é entre o otimismo em relação ao futuro, muitas vezes ingênuo, que havia no passado, e um certo clima de falta de perspectivas que hoje parece predominar.

O otimismo quando ao futuro, a idéia de progresso, é um componente central do pensamento moderno que começa com a revolução francesa e a revolução industrial inglesa, e que foi inscrito por nossos positivistas na bandeira brasileira. Em termos simples, ele consistia em pensar que os males deste mundo se deviam à ignorância, à superstição, às formas irracionais de governo e de produção, e que tudo isto seria superado com a difusão das luzes do conhecimento, da ciência e da educação. Existiram muitas versões deste otimismo, algumas mais pacíficas, acreditando no aperfeiçoamento contínuo da humanidade, outras belicosas, apostando na necessidade de destruir, pela violência se necessário, as forças do atraso. Não faltaram também as críticas, e as duas grandes guerras mundiais na primeira

metade deste século mostraram os horrores que podem ser cometidos em nome dos ideais do progresso e da modernização.

A experiência do pós-guerra, no entanto, de várias décadas de progresso contínuo, tanto no mundo capitalista como no bloco socialista, serviu para revigorar os ideais otimistas do passado. Se não houvesse uma catástrofe nuclear, tanto os países do primeiro como os do segundo mundo pareciam estar em uma linha ascendente de crescimento e de progresso, à qual iriam se incorporando, aos poucos, os países do terceiro mundo que fossem se libertando dos resquícios do colonialismo e da dependência econômica. O Brasil, neste contexto, experimentou um processo intenso de desenvolvimento e modernização, crescendo a taxas altíssimas, criando novos centros urbanos, expandindo suas classes médias e criando grandes oportunidades para a mobilidade e o progresso pessoal. Os problemas políticos vividos pelo país, e inclusive a quebra do regime democrático em 1964, não interromperam este processo, que se manteve sem grandes alterações até o início dos anos 80.

Um aspecto central desta expectativa de mobilidade e progresso social foi o aumento das oportunidades educacionais e o desenvolvimento e consolidação das diversas profissões de nível superior. Isto ocorreu em todo o mundo, e no Brasil o processo foi extremamente rápido. Entre os anos 60 e o início dos anos 80 o número de estudantes universitários aumentou cinco vezes no Brasil, passando de 300 a cerca de um milhão e meio de pessoas. Os milhares de estudantes formados a cada ano, em grande parte vindos de famílias de origem humilde, encontravam trabalho nas novas atividades urbanas da indústria, do comércio e dos serviços, e também, em grande parte, na administração pública. Ter um diploma universitário garantia um rendimento alto, e sobretudo a expectativa de segurança profissional - uma profissão liberal bem sucedida, ou um emprego garantido, que terminaria em uma aposentadoria confortável. Esta expectativa de benefícios para os profissionais de nível superior era justificada pela crença de que eles eram uma peça central na construção de um país moderno e eficiente, que traria benefícios a toda a população. Isto justificava, também, os gastos públicos crescentes com a educação superior, e toda a legislação que foi sendo construída aos poucos para garantir os direitos profissionais dos novos formados. O estudante que entrasse em uma universidade nestes anos só teria que se preocupar com seu próprio desempenho. Se ele escolhesse a carreira de sua vocação, e tivesse um bom desempenho, seu futuro estava garantido, seja como profissional liberal independente, seja como funcionário de uma grande organização pública ou privada. Vinte ou trinta anos atrás, o profissional liberal independente, atendendo seus clientes em seu escritório privado, era o modelo preferido. Nos últimos anos, o profissional liberal começou a ser substituído pelo profissional assalariado, vinculado a universidades, à administração pública e a grandes corporações empresariais. Os rendimentos destes assalariados de nível superior não são comparáveis aos dos profissionais independentes mais bem sucedidos, mas isto pode ser

compensado, em parte, pela estabilidade do emprego e pelo prestígio e reconhecimento associados ao desempenho de funções técnicas e profissionais relevantes.

***

O quadro, neste limiar do ano 2.000, é muito diferente, tanto internacionalmente quanto no caso particular do Brasil. Antes que os países em desenvolvimento pudessem implantar de forma plena o modelo profissional dos países desenvolvidos, estes próprios países começaram a perceber que seus sistemas de trabalho e organização profissional estavam entrando em crise, segundo os pessimistas, ou pelo menos em um processo inesperado de transição, segundo os mais otimistas. O núcleo do problema foi o esgotamento do pacto que permitia a transferência dos lucros da atividade empresarial e capitalista para o benefício da população, na forma de garantias de emprego, sistemas de aposentadoria, sistemas públicos de educação e saúde, investimentos em infraestrutura urbana e muitas outras coisas. Não era um pacto de soma zero, em que tudo o que era investido em benefício da sociedade resultava em prejuízo para a atividade econômica. Os investimentos em educação, saúde, infraestrutura e estabilidade no emprego criaram, nos países desenvolvidos, uma população educada, competente e produtiva, e ajudaram a estabelecer um clima de estabilidade política e institucional dentro da qual a atividade econômica poderia ser desenvolver com tranquilidade.

Este pacto entrou em crise, primeiro, porque a transformação de benefícios sociais em capacidade de produção econômica, mesmo quando existe, não é linear nem automática, e a economia dos países mais ricos começou a não aguentar o peso crescente da manutenção destes benefícios, provocado por uma população em envelhecimento e pelos custos em espiral dos serviços públicos. A manifestação mais dramática deste problema ocorreu nos países socialistas, cujos pesados investimentos em educação e infraestrutura não foram suficientes para permitir que suas economias se desenvolvessem além de um certo patamar, pela ausência de mercados competitivos. Mas ele ocorreu também nos países capitalistas avançados, que estão sendo forçados a reduzir os gastos públicos e a aumentar a eficiência das empresas através de cortes da força de trabalho e a eliminação de cláusulas contratuais que aumentavam o custo de pessoal. O segundo elemento desta crise foi a globalização da economia, com a entrada em cena de novos países oferecendo produtos iguais ou melhores do que os dos países desenvolvidos, e a custos significativamente menores. O resultado foi o acirramento da competição, levando a grandes investimentos em novas tecnologias e à busca de formas mais eficientes de trabalho, que significam, quase sempre, redução de pessoal. Para os consumidores, estas transformações têm permitido o acesso a um mundo novo de produtos e serviços que até poucos anos atrás estavam restritos e muito poucas pessoas. Mas os consumidores precisam ter dinheiro para gastar, e muitos dos empregos que haviam antes já não existem mais.

Os resultados mais evidentes desta crise nos países desenvolvidos são o aumento do desemprego estrutural, que afeta sobretudo os jovens, e entre estes, os menos educados; a criação de verdadeiras subculturas, ou "subclasses" da pobreza nos países mais ricos, cujo exemplo mais dramático são os guetos das grandes cidades norte americanas; e o ressurgimento de confrontações políticas que pareciam coisas do passado, como o ocorrido recentemente na França.

Existem interpretações mais positivas e mais negativas desta situação. Para o sociólogo francês Robert Castel, as transformações dos últimos anos marcam o fim da "sociedade salarial", em havia a expectativa de que todas as pessoas pudessem ter um trabalho regular que garantisse não só a renda e o apoio nas situações de doença e de velhice, como que também a própria identidade de cada um como cidadão. O problema atual não é somente o do desemprego, mas sobretudo o da "precarização" das situações de trabalho, e da perda da identidade entre posição social e ocupação. Em suas palavras,

> O núcleo da questão social hoje é o ressurgimento dos "inúteis do mundo", dos excedentes, e ao redor destes de uma nebulosa de situações marcadas pela precariedade e a incerteza do futuro, que atestam o ressurgimento da vulnerabilidade das massas. (...) Foram necessários séculos de sacrifícios, sofrimentos e exercício de pressões - a força da legislação e dos regulamentos, e as pressões da necessidade e da fome - para fixar o trabalhador em sua tarefa, e manter esta vinculação através de um conjunto de vantagens sociais que lhe conferem uma identidade social própria. No momento em que esta "civilização do trabalho" parecia impor definitivamente sua hegemonia, o edifício começa a rachar, trazendo novamente à ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver apenas com a perspectiva do dia a dia"[1]

A versão mais positiva é de que estamos passando por um grande reajuste da economia mundial que está aumentando a produtividade em todas as partes, o que se refletirá necessariamente em maiores benefícios para todos. O grande exemplo parece ser os Estados Unidos, onde a redução do emprego nas grandes empresas tem sido compensado pelo crescimento dos pequenos estabelecimentos e dos serviços, fazendo com que os índices de desemprego se mantenham relativamente baixos. Nesta versão, as previsões sobre os efeitos catastróficos das novas tecnologias seriam tão equivocadas quanto o medo dos luditas do passado sobre o impacto das máquinas modernas no emprego. A crise atual consistiria simplesmente nos efeitos passageiros da transferência de pessoas e investimentos de atividades menos eficientes para outras mais produtivas. Na versão mais pessimista, no entanto, a busca aparentemente sem limites de mais eficiência, pelo investimento em novas tecnologias e mais liberdade de ação para os agentes econômicos, estaria levando a um crescimento progressivo dos excluídos do ciclo produção-consumo, seja dentro dos países mais ricos, com suas "subclasses" de pessoas marginalizadas, seja de países e regiões inteiras,

---

1 Robert Castel, Les métamorphoses de la question sociale - une chronique du salariat, Paris, Fayard, 1995, p. 461.

que não teriam como participar destes mercados cada vez mais globalizados; e encontraria uma barreira intransponível na própria degradação dos recursos ambientais que até recentemente pareciam garantir o crescimento ilimitado do consumo.

O que todos estão de acordo, hoje, é que não é mais possível contar com o crescimento conjunto e simultâneo da riqueza econômica e dos benefícios sociais, que até pouco tempo parecia ser o caminho natural tanto dos países ricos quanto dos pobres, capitalistas ou socialistas. Vale a pena citar, a este respeito, a conclusão do "World Development Report" do Banco Mundial de 1995, que se coloca sem dúvida na perspectiva mais otimista desta questão, mas mostra também consciência das dificuldades:

> Governos e trabalhadores estão se ajustando a um mundo em mudança. A herança do passado torna as mudanças difíceis, ou mesmo assustadoras. Mas a criação de um novo mundo do trabalho, no qual todos os grupos de trabalhadores possam estar incluídos em um dinâmica de rendimentos crescentes, melhores condições de trabalho e mais segurança no emprego depende fundamentalmente de escolhas acertadas, tanto nacional quanto internacionalmente. As escolhas corretas envolvem o uso dos mercados para criar novas oportunidades, cuidando dos mais vulneráveis e marginalizados, e dando aos trabalhadores condições de escolher seu trabalho com liberdade, negociar suas condições trabalho, e dar a seus filhos melhores oportunidades educacionais". [2]

Mesmo que as "escolhas corretas" sejam feitas, os riscos de um aumento crescente da desigualdade entre ricos e pobres nas próximas décadas, assim como do aumento da pobreza e da exclusão continuarão sendo altos, fazendo deste início do novo milênio um período muito mais problemático e difícil do que o otimismo do após-guerra parecia sugerir.

****

Como esta situação afeta o Brasil, e como deverá afetar os formandos dos anos 2.000? O Brasil viveu, até os anos 80, um processo de intensa modernização e crescimento econômico que trouxe grandes benefícios para as classes médias e o setor urbano, mas deixou grande parte da população marginalizada. As conquistas do "welfare state" foram implantadas em nossa legislação sem maiores dificuldades, sobretudo na Constituição de 1988 - os direitos à educação, saúde, e aposentadoria financiados pelo Estado, a estabilidade dos funcionários públicos, os direitos e privilégios das profissões - beneficiando as classes médias e os setores mais modernos da economia, com a expectativa de que estes benefícios se ampliariam progressivamente para toda a população. Um bom exemplo disto foi o que ocorreu na educação: ainda temos bolsões importantes de analfabetismo, a qualidade da educação pública básica no país não melhora, mas temos boas universidades gratuitas para as classes médias e altas, e damos bolsas de estudo para os estudantes de pós-graduação. Começamos a construir a "sociedade assalariada" descrita por Castel para a Europa para os

---

[2] The World Bank, Workers in an Integrated World - World Development Report 1995, the World Bank and Oxford University Press, 1995.

anos 50 e 60, mas estrita um setor reduzido da população, e deixando a grande maioria sujeita à incerteza e à precariedade da sobrevivência do dia a dia. É um sistema fortemente enviesado em favor dos estratos sociais mais altos, que não teria como se sustentar a longo prazo no contexto de uma política consequente aumento das oportunidades e redução das desigualdades sociais.

A crise econômica dos anos 80, e os reajustes e acomodações da economia brasileira ocorridos desde então, para recuperar a competitividade no novo cenário internacional, estão tornando cada vez mais evidente que esta expansão dos benefícios para a sociedade mais ampla não ocorreria de forma automática, sem maiores intervenções. Levamos muito tempo para perceber o que estava ocorrendo, colocando a culpa de nossos problemas nos outros países, achando que o Brasil poderia ser manter como "uma ilha de prosperidade em um mundo em crise", como foi dito nos anos da crise do petróleo, ou imaginando talvez que o "jeitinho" brasileiro nos traria a salvação, como nos primeiros anos da Primeira República. Estamos entrando agora, com bastante atraso, no tempo das reformas e das intervenções. A primeira grande intervenção havida foi o estancamento da espiral inflacionária, que funcionava como uma grande máquina de sucção dos recursos das camadas mais pobres da sociedade para os estratos médios e altos. Uma parte importante deste trabalho, ainda não totalmente concluída, é o fechamento dos "ralos" por onde se esvaem os recursos públicos, nos diversos níveis de governo, e o estabelecimento do equilíbrio fiscal. A segunda intervenção vem ocorrendo de forma mais ou menos silenciosa no setor privado, pelas transformações vividas pelo setor produtivo com o aumento da competitividade internacional e o fim dos subsídios públicos a determinados setores. A terceira intervenção, mal se iniciando, consiste em aumentar a capacidade do setor público para atender de forma mais direta e eficiente as necessidades da população mais pobre do país, sem as amarras das estruturas burocráticas, das conveniências partidárias e dos interesses corporativos montados ao redor do Estado nos últimos anos.

Ninguém garante que estes ajustes serão bem sucedidos, e, por melhores que sejam os resultados obtidos, os problemas de desigualdade e marginalização social vividos pelo Brasil continuarão a existir por muito tempo, já que dependem, entre outras coisas, de uma reforma profunda e de longo prazo da educação pública que ainda mal começou. Mas o Brasil é um país com grande dinamismo, e suas as chances de reencontrar o caminho do crescimento econômico e do bem estar social, no novo contexto mundial, são bastante altas.

Para os formandos do ano 2.000, este quadro que acabei de resumir significa que os títulos profissionais que receberão dentro de alguns anos deverão ser vistos não como conquistas definitivas, mas sobretudo como oportunidades. Será cada vez mais difícil seguir os padrões de carreira do passado, em que um diploma abria as portas para um emprego para a vida, ou uma profissão liberal ou técnica bem estabelecida. As sinecuras que hoje ainda garantem a vida de muitos diplomados, no setor privado como no setor público, estão

desaparecendo rapidamente, e a posse de um diploma universitário, por si só, valerá cada vez menos, se não estiver acompanhada de conhecimentos e de capacitação efetivos. Novas tecnologias continuarão a transformar a organização do trabalho, conhecimentos novos tornarão rapidamente obsoletos conhecimentos antigos, e a competição manterá as empresas sob estado constante de revisão e instabilidade. Se este processo for acompanhado do crescimento da riqueza, das oportunidades de trabalho e da educação pública, como esperamos, então ele deverá abrir oportunidades de incorporação para setores cada vez maiores da população, beneficiando, sobretudo, as pessoas que tenham competência e que saibam combinar o conhecimento técnico com o entendimento mais global do ambiente e da sociedade em que vivem. Isto valerá tanto para o setor privado quanto para o público, que terá que melhorar sua capacidade de atendimento às necessidades básicas da população, pela adoção de procedimentos semelhantes aos do setor privado, no que se refere à busca sistemática de menores custos e melhores resultados. O profissional do segundo milênio deverá ser, em suma, uma pessoa tecnicamente competente, com capacidade empresarial, em constante renovação, e dotado de flexibilidade e iniciativa suficientes para se adaptar a novas situações e não se tornar obsoleto com a passagem dos anos.

É certo que nem todas as pessoas têm a necessária motivação e as condições para adquirir os recursos intelectuais, profissionais e psicológicos necessários para satisfazer a este perfil. Mas é certo também que todos os países que conseguiram um dia abrir caminho para o desenvolvimento, o progresso e a equidade social, puderam contar com elites técnicas, profissionais e empresariais que souberam aceitar o desafio e se engajar na construção de um futuro desconhecido, mas que parecia prometer melhores oportunidades e maiores horizontes do que os do presente. O futuro é incerto, para o país como para cada um de nós. Mas acredito firmemente que estamos no limiar de uma nova era de oportunidades, e caberá aos profissionais do ano 2.000 não permitir ela nos escape por entre os dedos.